Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Sistema Integrado de Controle e Auditoria Publica

Análise Conclusiva do Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROLÂNDIA

022.257.561-12 - PAULO ANTONIO DA SILVA

Periodo Referencia: 2019/2

Entrega de dados: 30/01/2020 12:47:20 -

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?

Não
Comentário:

Lei de Instituição do Controle Interno:

18/2006

Possui entidade da Administração Pública Indireta?

Não
Comentário:

Orçamento

1)Houve abertura de créditos adicionais?

Resposta: Não
Comentario:

2)As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?

Resposta: Não
Comentario:

3)Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?

Resposta: Sim
Comentario: HOUVE UMA QUEDA NAS ARRECADAÇÕES LOCAIS, NO EXERCÍCIO DE 2019.

4)O orçamento foi superestimado?

Resposta: Não
Comentario:

5)Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

Resposta: Sim
Comentario:

6)Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?

Resposta: Sim
Comentario:

Operações de Crédito

60)Foram publicados os decretos de contrataçao de operações de crédito no exercício, mediante leis

autorizativas?

Resposta: Não
Comentario: NÃO HOUVE.

61)Houve realização de operação de crédito?

Resposta: Não
Comentario: NÃO HOUVE.

62)Qual a modalidade da Operação de Crédito?

Resposta: Não Houve
Comentario:

63)Foi ordenado operação de crédito, sem autorização legislativa?

Resposta: Não
Comentario: NÃO HOUVE.

64)As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?

Resposta: Não
Comentario: NÃO HOUVE.

65)O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?

Resposta: Não
Comentario: NÃO HOUVE.

66)Foi prestado garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior?

Resposta: Não
Comentario: NÃO HOUVE.

67)A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?

Resposta: Não houve
Comentario:

68)A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?

Resposta: Não houve
Comentario:

Pessoal

69)As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

Resposta: Sim
Comentario:

70)Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?

Resposta: Não
Comentario:

71)Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

Resposta: Sim
Comentario:

72)Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Resposta: Não
Comentario: NÃO HOUVE, MAS ESTA SENDO LEVANTADO UM ESTUDO PARA A REGULARIZAÇÃO, E CUMPRIMENTO DA DESPESA DE PESSOAL.

73)A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Resposta: Sim
Comentario:

74)A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Resposta: Sim
Comentario:

75)O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

Resposta: Sim
Comentario:

76)O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

Resposta: Sim
Comentario:

77)Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Resposta: Sim
Comentario: parcialmente tendo em visto.. que há contrato no quadro de pessoal do município em substituição de servidores afastados por motivo pessoal, aposentadorias e etc.. e em local que a deficit de pessoal.

78)Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Resposta: Sim
Comentario:

79)Existem servidores contratados por tempo determinado?

Resposta: Sim
Comentario:

80)Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

Resposta: Sim
Comentario:

81)O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim
Comentario:

82)O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?

Resposta: Sim
Comentario:

83)Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim
Comentario:

84)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

Resposta: Sim
Comentario:

85)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Sim
Comentario:

86)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?

Resposta: Não
Comentario:

87)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Não

Comentario:

Bens Permanente

10)Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

Resposta: Sim
Comentario:

11)Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

Resposta: Não
Comentario:

12)Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?

Resposta: Sim
Comentario:

13)Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

Resposta: Sim
Comentario:

14)O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

Resposta: Sim
Comentario:

15)O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

Resposta: Sim
Comentario:

Bens em almoxarifado

7)É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?

Resposta: Não
Comentario: não há controle.

8)O Poder Executivo tem implantado em seus órgãos, a conta Almoxarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?

Resposta: Sim
Comentario: parcialmente controlado no sistema.

9)O registro da conta Almoxarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Resposta: Sim
Comentario: parcialmente.

Licitações, Contratos, Convênios, Acordos e Ajuste

51)Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?

Resposta: Sim
Comentario:

52)Há analise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Resposta: Sim

Comentario:

53)O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Resposta: Sim
Comentario:

54)Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Resposta: Sim
Comentario:

55)Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Resposta: Sim
Comentario:

56)O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

Resposta: Sim
Comentario:

Obras Públicas e Reformas

57)Existem obras paralisadas?

Resposta: Não
Comentario:

58)Existem obras em andamento?

Resposta: Sim
Comentario: REFORMA D RODO VIARA
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI)
CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTE
CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO MUTAMBA.

59)O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?

Resposta: Sim
Comentario:

Contabilidade

16)As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?

Resposta: Sim
Comentario:

17)Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

Resposta: Sim
Comentario:

18)Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

Resposta: Sim
Comentario:

19)Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

Resposta: Sim
Comentario:

20)O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?

Resposta: Sim
Comentario:

Educação

29)Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?

Resposta: Sim
Comentario:

30)Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?

Resposta: Sim
Comentario:

Saúde

92)Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

Resposta: Sim
Comentario:

Lei de Responsabilidade Fiscal

36)O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?

Resposta: Não
Comentario: não houve audiência pública, mas no entanto hoje todos os relatórios são publicados no portal da transparência tendo em vista a modernidade da internet.

37)Onde foi realizada audiência pública?

Resposta: não houve audiência pública, mas no entanto hoje todos os relatórios são publicados no portal da transparência tendo em vista a modernidade da interne.

38)A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?

Resposta: Não
Comentario: não houve audiência pública, mas no entanto hoje todos os relatórios são publicados no portal da transparência tendo em vista a modernidade da interne.

39)Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?

Resposta: Sim
Comentario:

40)A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

Resposta: Sim
Comentario:

41)As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim
Comentario:

42)O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim
Comentario:

43)O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim
Comentario:

44)O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim
Comentario:

45)O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

Resposta: Sim
Comentario:

46)Ocorreram fatos que requeresse a limitação de empenhos?

Resposta: Não
Comentario:

47)Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos em lei art. 9º da LC nº 101/00?

Resposta: Não
Comentario:

48)Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

Resposta: Sim
Comentario:

49)Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Resposta: Sim
Comentario: SIM

50)O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

Resposta: Não
Comentario: AINDA NÃO HOUVE A INSCRIÇÃO DOS CONTRIBUINTES INADIMPLENTE NA DÍVIDA ATIVA, MAS ESTA SENDO LEVANTADO PARA TAL.

Financeiro

31)Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Resposta: Sim
Comentario:

32)Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Resposta: Sim
Comentario:

33)Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Resposta: Sim
Comentario:

34)Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

Resposta: Sim
Comentario:

35)Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

Resposta: Sim
Comentario:

Despesas

21)O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?

Resposta: Sim
Comentario:

22)A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?

Resposta: Sim
Comentario:

23)Houve despesas ordenadas sem a autorização legal?

Resposta: Não
Comentario:

24)Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?

Resposta: Sim
Comentario:

25)Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Resposta: Não
Comentario:

26)Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

Resposta: Não
Comentario:

27)Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?

Resposta: Sim
Comentario:

28)Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Resposta: Não
Comentario:

Informações Adicionais

93)Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário.

Resposta: NÃO ATÉ O MOMENTO; E TRABALHAREMOS NO INTUITO DE PRESERVAR OS BENS PÚBLICOS.

94)NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto às falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas.

Resposta: NÃO HÁ.

95)Informe o endereço eletrônico do Portal da Transparência desta Unidade

Resposta: http://acessoainformação.barrolandia.to.gov.br/transparencia